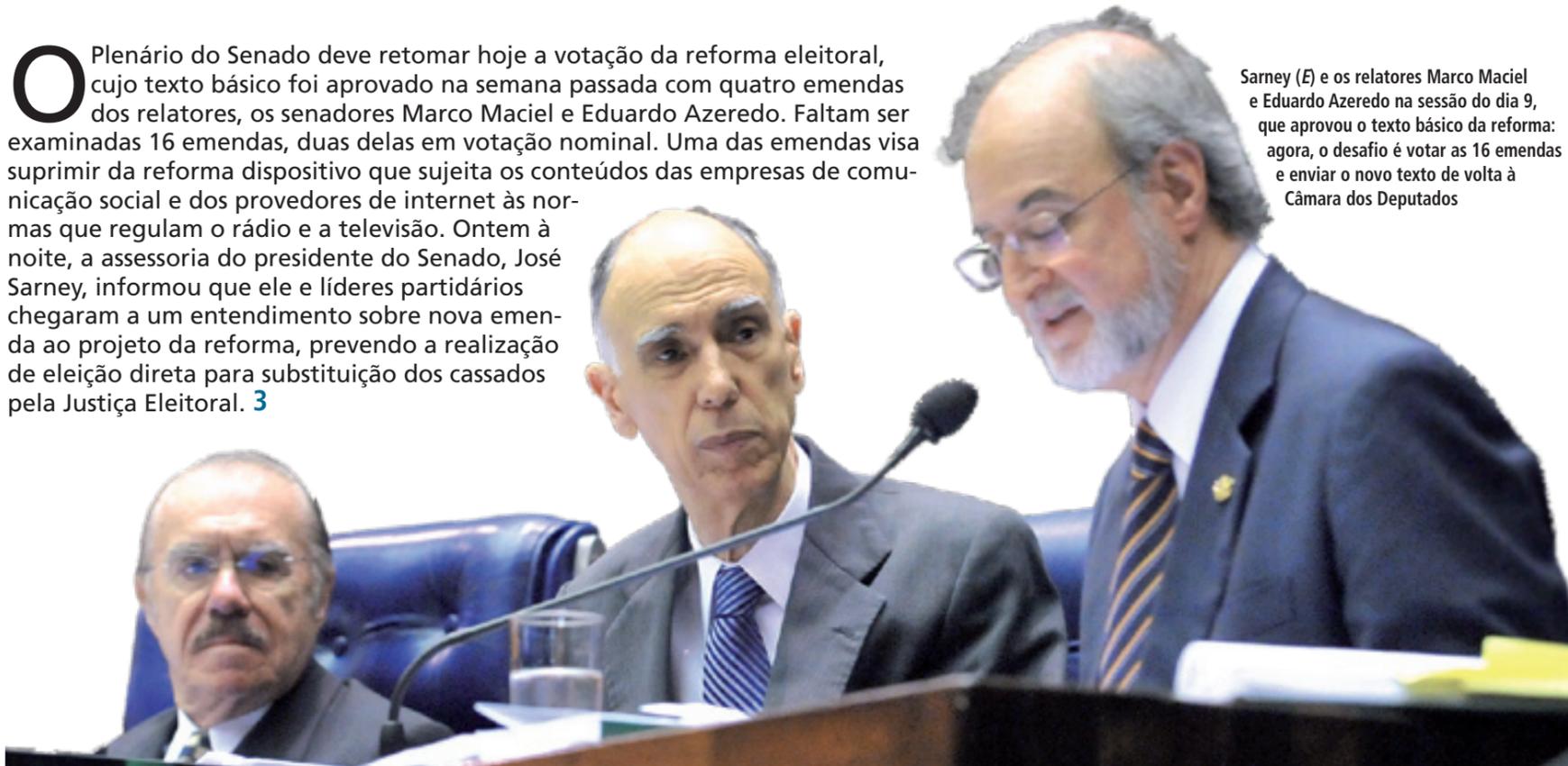


Senado deve concluir hoje a votação da reforma eleitoral

Sarney e líderes partidários chegam a acordo sobre um dos pontos polêmicos da proposta: a substituição dos cassados pela Justiça Eleitoral. Emenda vai determinar nova eleição direta nos casos de perda de mandato

O Plenário do Senado deve retomar hoje a votação da reforma eleitoral, cujo texto básico foi aprovado na semana passada com quatro emendas dos relatores, os senadores Marco Maciel e Eduardo Azeredo. Faltam ser examinadas 16 emendas, duas delas em votação nominal. Uma das emendas visa suprimir da reforma dispositivo que sujeita os conteúdos das empresas de comunicação social e dos provedores de internet às normas que regulam o rádio e a televisão. Ontem à noite, a assessoria do presidente do Senado, José Sarney, informou que ele e líderes partidários chegaram a um entendimento sobre nova emenda ao projeto da reforma, prevendo a realização de eleição direta para substituição dos cassados pela Justiça Eleitoral. **3**

Sarney (E) e os relatores Marco Maciel e Eduardo Azeredo na sessão do dia 9, que aprovou o texto básico da reforma: agora, o desafio é votar as 16 emendas e enviar o novo texto de volta à Câmara dos Deputados



Gerardo Magela

Projetos reduzem pena de preso que estudar

Três propostas que estão na pauta da reunião de hoje da Comissão de Educação prevêm redução da pena do preso que estudar. De

acordo com o projeto substitutivo apresentado pelo relator, o preso em regime fechado ou semiaberto poderá ter reduzida sua pena

em um dia para cada 20 horas de frequência escolar. Será necessário comprovar a aprovação do condenado ao final do curso. **4**

Balanco mostra votações importantes

Além do Plenário, comissões do Senado votaram propostas relevantes, como o fim da prisão especial para magistrados e membros do MP. **5**

Propostas para o clima vão a debate hoje

Comissão mista discute hoje posição a ser defendida pelo Brasil em conferência sobre o clima que ocorrerá em dezembro, em Copenhague. **5**



Adriano Murgel (E) e Delcídio Amaral ouvem Cássio Taniguchi: "É preciso estabelecer uma política pública e definir critérios para ter tarifas adequadas"

Especialistas criticam falta de política para transportes

Dois especialistas que participaram de audiência na Comissão de Infraestrutura criticaram, ontem, a ausência de uma política nacional para o transporte urbano. Adriano Murgel, ex-secretário dos Transportes de São Paulo, estimou em R\$ 40 bilhões anuais as perdas cau-

sadas por congestionamentos e suas consequências na região metropolitana de São Paulo. Cássio Taniguchi, secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF, disse que "o transporte público tem que dar dignidade às pessoas". **2**

Waldemir Barreto

Waldemir Barreto



Adriano Murgel (E), Delcídio Amaral e Cássio Taniguchi participam de audiência pública no Senado

“Falta política nacional para transporte urbano”

Especialistas afirmam que poderiam ser reduzidas perdas, que só na região metropolitana de São Paulo chegam a R\$ 40 bilhões ao ano

FALTA UMA POLÍTICA nacional para o transporte urbano que garanta a integração de vários meios – afirmaram os dois convidados da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para a audiência pública realizada ontem, que debateu os sistemas integrados de transporte. Na reunião, conduzida pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), participaram o ex-secretário dos Transportes e da Habitação do estado de São Paulo Adriano Murgel Branco e o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, Cássio Taniguchi.

Adriano Murgel analisou os últimos cem anos de transporte público na cidade de São Paulo e constatou que o sistema de bonde elétrico descartado em favor dos ônibus está retornando, mas, “infelizmente, boa parte da rede de trilhos, cerca de 300 quilômetros, já se perdeu”. Ele também alertou para a necessidade de o Congresso Nacional elaborar uma legislação que limite o peso máximo de carga nos caminhões.

– Dez anos atrás, os caminhões que atravessavam a cidade de São

Paulo em direção ao Porto de Santos carregavam 30 toneladas; hoje, carregam 80 toneladas, com motoristas mal preparados e pouca manutenção. Até hoje não se faz inspeção veicular em caminhões e todos os dias tombam caminhões em São Paulo – assinalou.

Perdas

Na avaliação de Murgel, o transporte público precisa ser entendido como a questão primordial das cidades e todos os recursos possíveis deveriam ser canalizados para a solução do problema. Ele observou que a região metropolitana de São Paulo perde R\$ 40 bilhões por ano devido aos congestionamentos.

– Falta uma estrutura básica de pensamento do transporte coletivo para o Brasil – afirmou.

Cássio Taniguchi concordou com Murgel quanto à falta de uma política nacional de transporte urbano e defendeu a adoção de novos conceitos de mobilidade urbana, com a integração de vários modos de transporte, que vão da bicicleta ao metrô.

Citando o exemplo bem-sucedido de Curitiba,

cidade que administrou como prefeito, Taniguchi sugeriu o redirecionamento dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para o setor. Ele frisou que mais de 80% da população vive em cidades, agravando os problemas de transporte e gerando consequências em outras áreas como a produtividade do trabalho e a saúde.

– O transporte público tem que dar dignidade às pessoas. Não adianta fazer de qualquer jeito. É preciso estabelecer uma política pública e definir critérios para ter tarifas adequadas – salientou.

Taniguchi também relatou os desafios que enfrentou para implantar o sistema integrado de transporte em Curitiba. Ele disse que, ao tentar resolver um problema de compatibilização dos ônibus com as estações, aprendeu uma preciosa lição. A prefeitura estava prestes a adotar uma solução caríssima quando consultou os motoristas dos ônibus, e foram eles que sugeriram a solução mais simples e barata.

– Quem opera, tem que participar da solução dos problemas.

Transferência de servidores de Rondônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse ontem que a transferência dos servidores do antigo território de Rondônia para a folha de pagamento da União é uma compensação justa para o estado, que, em função da construção de usinas hidrelétricas no rio Madeira, vai fornecer até 7 mil megawatts de energia que será utilizada também por estados do Centro-Sul do país. Ele lembrou que transposição semelhante já beneficiou servidores dos ex-territórios de Roraima e Amapá.

– Esse é um benefício justo, que Rondônia já deveria estar recebendo há muito tempo – opinou.

Genildo Alagetta



Raupp: Rondônia já deveria estar recebendo benefício

A transposição é tema da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 483/05. De autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), a PEC (que tramitou no Senado com o número 87/03) transfere os servidores do ex-território de Rondônia para os quadros da União. A expectativa é

que a matéria seja votada amanhã na Câmara.

Plebiscito

Valdir Raupp também comemorou o fato de o Tribunal Superior Eleitoral ter autorizado a realização de plebiscito sobre a criação do município de Extrema de Rondônia a partir da emancipação de distritos do atual município de Porto Velho. Para o senador, a emancipação diminuirá o isolamento dos aproximadamente 40 mil habitantes da região. Além disso, observou, Porto Velho, capital de Rondônia, não sairá prejudicada, uma vez que o município é muito extenso.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário vota hoje reforma eleitoral para valer em 2010

Sessão especial, às 11h, comemora o Dia Internacional da Democracia. Na hora do expediente, os senadores celebram os 44 anos da profissão de administrador. Às 16h, começam as

deliberações. O primeiro item é o projeto que modifica a Lei Eleitoral para o pleito de 2010. Constam ainda da ordem do dia nove propostas de emenda à Constituição.



Moreira Mouriz

Na CAE, recriação de órgão para previdência complementar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se, às 10h, para examinar proposta que recria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), vinculada ao Ministério da Previdência. Outro projeto incluído na pauta reduz alíquota

da tabela progressiva do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas. A CAE também vai discutir projeto que disciplina a utilização de informações sigilosas recebidas por comissões parlamentares de inquérito (CPIs)

CRA debate cadastramento de segurados especiais

Às 9h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária discute o cadastro de segurados especiais a ser realizado pelo Ministério da Previdência Social. Foram convidados o ministro da Previdência Social, José Pimentel; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch; e representante do Fórum Itinerante e Paralelo sobre a Previdência Social (Fipps).

Audiência discute política nacional para o clima

Às 14h30, a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) realiza audiência para debater o tema “Política e plano nacional sobre mudanças climáticas e perspectivas do Brasil para a COP-15”. Participam da audiência o secretário-executivo do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, e o diretor-executivo do Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, Rubens Harry Born.

Presidente participa de duas homenagens

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 11h, de sessão especial em comemoração ao Dia Internacional da Democracia e, às 14h, na hora do expediente, dos 44 anos de criação da profissão de administrador. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

CMA vota autorização para Poder Executivo criar o Funreágua

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa, às 11h30, projeto que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Reutilização de Água (Funreágua). Outras propostas ins-



José Cruz

tituem incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente e fixam prazo de cinco dias para fornecedores devolverem valores pagos indevidamente.

Crédito educativo para pós-graduação na CE

Com 22 itens em pauta, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a partir das 11h, analisa projeto que cria programa de crédito educativo para estudantes de pós-graduação. Delibera ainda sobre proposta de recenseamento escolar de crianças de até cinco anos.

CAS debate atenção à saúde indígena

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) recebe hoje, às 9h, o diretor do Departamento Indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Wanderley Guenka. O objetivo da audiência é debater a atuação da fundação e do Ministério da Saúde a respeito da saúde indígena.



Ministro da Defesa debate na CRE compra de material bélico

Jobim fala sobre acordo militar com a França

A compra bilionária de material bélico francês pelo Brasil será debatida hoje com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Os senadores convidaram o ministro a participar de audiência pública para discutir acordo militar com a França que inclui a aquisição de aeronaves, submarinos e helicópteros.

O assunto ganhou destaque na última semana após o presidente Lula anunciar antecipadamente, em favor da França, o resultado de disputa comercial internacional para a compra de 36 caças para a Força Aérea Brasileira (FAB). O anúncio chegou a gerar desmentidos no próprio governo, que realiza uma licitação para a escolha do avião de combate. Também participam da disputa Estados Unidos e Suécia.

Vantagem

No final de agosto, Jobim adiantou ao Senado a assinatura de acordo simbólico com a França para a construção de cinco submarinos – dos quais um de propulsão nuclear – até 2021. A informação foi dada em audiência conjunta da CRE e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizada para tratar do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub).

Jobim destacou que a principal vantagem da parceria seria a previsão de transferência de tecnologia francesa. A medida colocaria o Brasil no pequeno grupo de países capazes de projetar, construir e operar submarinos nucleares, de que fazem parte Estados Unidos, Inglaterra, Rússia e China, além da própria França.

O ministro rebateu as críticas feitas à escolha da França como parceira. De acordo com essas críticas, o Brasil gastaria menos se optasse por submarinos de tecnologia alemã.

O requerimento para a realização da audiência pública de hoje foi apresentado por Renato Casagrande (PSB-ES).

Em razão das mudanças feitas pelos senadores, proposta retornará logo ao exame da Câmara dos Deputados, após a decisão final, já que, para valer nas eleições do próximo ano, nova lei precisa ser publicada até o dia 2 de outubro

Senado pode concluir hoje votação da proposta de reforma eleitoral

O PLENÁRIO DO Senado pode concluir hoje a votação da proposta de reforma eleitoral, cujo texto básico foi aprovado na semana passada, com quatro emendas apresentadas pelos relatores, senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Faltam ser examinadas 16 emendas, duas delas em votação nominal, apresentadas respectivamente por Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante, ambos do PT de São Paulo.

A Emenda 67, de Suplicy, visa obrigar partidos políticos, coligações e candidatos a divulgar, pela internet, nos dias 6 e 30 de setembro, relatório discriminando os recursos em dinheiro, ou estimáveis em dinheiro, que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral.

Já a Emenda 72, de Mercadante, procura suprimir, no projeto (PLC 141/09) que instituiu a reforma, o artigo 57D, que sujeita os conteúdos de empresas de comunicação social e de provedores de internet às normas que regulam o rádio e a televisão. Em defesa da emenda, Mercadante lembrou decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) segundo a qual a internet se situa "fora do conceito de imprensa, por absoluta falta de previsão constitucional".

Debates

Na sessão da última quarta-feira, houve pedido para votação nominal das quatro emendas apresentadas por Marco Maciel, relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e Eduardo Azeredo, relator na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Elas

Senadores divergem quanto às regras para rede mundial

As eleições de 2010 serão as primeiras a se realizar no Brasil tendo a internet como um veículo capaz de exercer grande influência nos resultados. Seguindo o exemplo do que ocorreu na campanha presidencial norte-americana do ano passado, partidos, candidatos e cabos eleitorais brasileiros tentarão explorar ao máximo as possibilidades de propaganda e obtenção de fundos disponíveis na rede multimídia.

Como tem sido destacado por diversos analistas, a eleição de Barack Obama para a Casa Branca foi beneficiada decisivamente pela mobilização de seus partidários na rede, tanto no que se refere à disseminação de mensagens quanto no que diz respeito à arrecadação de verbas.

Pressa

As regras para a utilização desse novo terreno da informação e da propaganda são um dos pontos principais da proposta de reforma eleitoral que o Senado Federal está examinando há algumas semanas e pretende concluir hoje, para enviar imediatamente à deliberação da Câmara dos Deputados.



Sarney presidiu sessão do Plenário na quarta-feira, quando foi aprovado o texto básico, que tem como relatores Maciel e Azeredo

tomaram os números 85, 86, 87 e 88. O pedido, no entanto, ainda não foi votado pelo Plenário.

A Emenda 85 estabelece que os debates no rádio, na televisão e na internet devem ter a participação de, pelo menos, dois terços dos candidatos, assegurada a participação dos candidatos de partidos com mais de dez representantes na Câmara dos Deputados. A proposta gerou bastante polêmica em Plenário. Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que, pela proposição, a ex-senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), apesar de toda a sua proeminência nacional, não teria assento em um debate de candidatos a presidente, caso ela resolvesse disputar o cargo.

Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou que votaria contra. Já Mercadante considerou que a medida impede que "oportunistas sem votos e sem ideais inviabilizem os debates", enquanto Marina Silva (PV-AC) afirmou que precisa acabar com o círculo

vicioso pelo qual "partido que não tem espaço não cresce e partido que não cresce não tem espaço".

Blogs

Considerada a principal de todas, a Emenda 86 permite a livre manifestação do pensamento em blogs assinados por pessoas físicas, redes sociais, sítios de interação e de mensagens instantâneas, entre outras formas de comunicação na internet. Nesses formatos, fica permitido fazer propaganda eleitoral de candidato, partido político ou coligação, bem como dar tratamento privilegiado a qualquer um desses.

Já as empresas de comunicação social na internet e os provedores com conteúdos próprios terão de atuar de maneira imparcial: não poderão dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação, sem motivo jornalístico que o justifique, a partir do dia 5 de julho do ano da eleição.

Segundo a emenda, provedores de internet e empresas de comunicação social na rede poderão realizar debates entre os candidatos, seguindo as normas previstas para debates no rádio e na TV.

Inaugurações

Com a Emenda 87, os relatores corrigem alteração feita no texto, que proibia a participação de candidatos em inaugurações ou lançamentos de pedra fundamental de obras públicas até seis meses antes da eleição. O prazo foi reduzido para quatro meses, mesmo prazo para a escolha dos candidatos nas convenções.

A Emenda 88 fixa em quatro meses a proibição de propaganda institucional ou eleitoral relacionada à inauguração ou ao lançamento de pedra fundamental de obras públicas. O prazo de três meses, previsto no texto da Câmara, havia sido alterado para seis meses no Senado, por emenda anteriormente acatada.



Acessível a milhões de eleitores, internet deve ter grande influência no próximo pleito

Até o dia 2 de outubro, a nova lei eleitoral precisa estar aprovada, e publicada, para vigorar no pleito do próximo ano.

Blogs, páginas, sites e redes sociais devem ser ocupados por partidos e candidatos durante a campanha eleitoral com vistas a atrair votantes em número maior e bem mais acostumados à navegação na internet do que há três anos, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito.

Limitada por regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a internet pode se ver livre de restrições.

Entretanto, o grau de liberdade a ser concedido à rede mundial de computadores no Brasil ainda é um dos pontos polêmicos do projeto de reforma eleitoral.

De um modo geral, os senadores pregam a liberdade para a internet, mas divergem quanto ao grau de abertura a constar das novas regras.

Cassação

A assessoria do presidente do Senado, José Sarney, informou ontem que ele e os líderes partidários chegaram a um acordo

sobre a emenda apresentada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). O texto determina nova eleição caso o candidato empossado em um cargo majoritário seja cassado pela Justiça Eleitoral.

Apresentada para dar fim à prática de o segundo colocado assumir o governo quando o candidato vitorioso perde o mandato, a emenda suscitou grande discussão em Plenário, na última quarta-feira.

Sarney chegou a ocupar a tribuna para debater a matéria, criticando a ideia de escolha indireta, prevista na emenda para os casos em que a perda do cargo se der nos dois anos finais do mandato. Sarney argumentou que, como o texto instituiu eleição indireta, o assunto só poderia ser tratado em uma emenda à Constituição.

Naquele dia, Jereissati acenou com a inclusão, no texto, de eleição direta para todos os casos em que o candidato eleito e empossado seja cassado, mesmo que isso se dê no fim do mandato. Com o acordo, deve ser aprovada nova emenda instituindo eleição direta sempre que houver cassação de mandato de prefeito, governador ou presidente da República.



Expedito propõe benefício para famílias mais pobres

União pode assumir traslado de corpo

As famílias que não têm condições de pagar o traslado para o Brasil de parente morto no exterior podem ser beneficiadas por projeto incluído na pauta desta quinta-feira da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Apresentado pelo senador Expedito Júnior (PR-RO), o projeto (PLS 516/07) já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que modificou a proposta original e incluiu determinação de que a União terá de pagar os custos relacionados a "embalsamento e urna zincada, entre outros indispensáveis à efetivação do transporte". Também foi retirado prazo de 90 dias para que o Executivo regulamente essa lei.

O relator na CRE, Eduardo Suplicy (PT-SP), recomenda a aprovação, com emendas. Uma das emendas que apresentou define que serão beneficiadas pelo projeto as famílias "constituídas por pessoas cuja situação econômica não lhes permita pagar as despesas do traslado, sem prejuízo do sustento próprio ou de seus membros". O texto será votado na CRE em decisão terminativa e, caso não haja recurso para exame do Plenário, enviado à Câmara.

Aeronáutica

A CRE também delibera sobre projeto de lei da Câmara (PLC 67/09) que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para estabelecer regras para a divulgação de informações sobre acidentes aéreos. O relator, Heráclito Fortes (DEM-PI), propõe novo texto.

Outro projeto a ser analisado pela comissão (PLS 84/05), do senador Pedro Simon (PMDB-RS), determina que os acordos para solução de litígio entre a administração pública brasileira e pessoa física ou jurídica estrangeira têm de ser submetidos a prévia aprovação legislativa.

Essa proposta foi inicialmente apresentada pelo ex-senador Itamar Franco, em 1982. O relator, Romeu Ruma (PTB-SP), propõe substitutivo.

Propostas devem ser votadas hoje pela Comissão de Educação. A pauta do colegiado também prevê o exame da criação de programa de crédito educativo para estudantes de pós-graduação

Projetos garantem redução da pena para preso que estudar

TRÊS PROJETOS DE lei que estão na pauta de hoje da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) reduzem a pena dos presos que estudarem. A Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) já prevê que o tempo de prisão pode ser reduzido se o condenado trabalhar; para cada três dias de trabalho, a pena é diminuída em um dia.

As propostas, que tramitam em conjunto, são: PLS 265/06, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF); PLS 164/07, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP); e PLS 230/08, do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). O relator das matérias é o senador Expedito Júnior (PR-RO). Tendo por base o texto do PLS 265/06, ele propôs um substitutivo que reúne elementos dos três projetos.

De acordo com o novo texto, o preso em regime fechado ou semi-aberto poderá reduzir sua pena em um dia para cada 20 horas de frequência escolar. Mas, para isso, essas 20 horas terão de estar divididas por, no mínimo, quatro dias e será necessário comprovar a aprovação do condenado ao final do curso.

O relator acrescentou ainda outras medidas visando beneficiar os que estão em regime aberto ou em liberdade condicional. Eles poderão igualmente diminuir parte de sua pena por meio dos estudos e utilizar os recursos do Programa Universidade para Todos (ProUni). O sub-



Lei já prevê que o tempo de prisão pode ser reduzido se o condenado trabalhar

titutivo ainda terá de ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual receberá decisão terminativa.

Pós-graduandos

Também está na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o projeto de lei que cria um programa de crédito educativo para estudantes de pós-graduação. A proposta (PLS 492/08) foi apresentada pelo senador João Tenório (PSDB-AL) e tem como relatora a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que recomendou a aprovação da matéria.

Outro item da comissão é o PLS 258/08, projeto de lei de Cristovam

Buarque que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96, também conhecida como LDB). O escopo da proposta é acrescentar entre os objetivos da educação superior a atuação "em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares". O relator da matéria, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), recomendou a aprovação do projeto.

A Comissão de Educação reúne-se a partir das 11h.

Comissão vota proposta que cria serviço de TV comunitária

Substitutivo do senador Lobão Filho (PMDB-MA) a proposta do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que institui o serviço de televisão comunitária está na pauta da reunião de amanhã, às 8h30, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A proposta (PLS 483/08), que altera a Lei 9.612/98, determina que o serviço seja criado por meio de outorga sob a forma de consignação do serviço de radiodifusão comunitária sonora e de sons e imagens.

Inicialmente, o projeto previa a possibilidade de concessão de dois canais para operação de TV comunitária. Lobão Filho, porém, alterou o texto, prevendo apenas um canal, que será determinado pelo órgão regulador, no caso a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O relator alega a necessidade de dar à TV comunitária tratamento igual aos rádios comunitários, as quais operam com apenas um canal.

Renato Casagrande também havia previsto que as características técnicas de potência e altura deveriam ser definidas em regulamento e de acordo com a dimensão da comunidade. Já o relator avalia que deve ser mantida a potência de 25 watts e a altura máxima de 30 metros, já previstas na lei.

– Mesmo com a determinação dessa potência baixa, não tem sido



J. Freitas



J. Freitas

Lobão Filho (foto ao alto), relator do projeto de Casagrande (foto acima), quer reduzir prazo de outorga para dez anos

possível evitar a interferência entre os sinais das rádios comunitárias e os dos serviços que utilizam faixas de frequência adjacentes. A ampliação do alcance traria maiores dificuldades de fiscalização à Anatel e prejuízo para os serviços aeronáuticos – assinalou Lobão Filho.

O relator reduziu o prazo de outorga de 15 anos para 10 anos, possibilitou que a autorização seja renovada uma única vez e vedou a acumulação de canais por uma entidade.

Também estão na pauta da comissão requerimentos para realização

de duas audiências públicas. Um deles, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), propõe debate sobre o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, que seria realizado em conjunto com as comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Serviços de Infraestrutura (CI), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Foram convidados para discutir o assunto Vincent Defourny, representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); Marco Antônio Raupp, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e Jacob Palis Júnior, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Consumidor

Outra proposta de audiência a ser votada prevê a realização de debate sobre três temas: a efetividade do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), regulamentado pelo Decreto 6.523/08; as ações civis públicas que estabelecem a tutela de direitos do consumidor e o impacto delas na ordem econômica; e o balanço do setor de telecomunicações e o papel exercido pelos agentes reguladores.

Facilidade em pagamento de boleto

O pagamento de boletos bancários poderá ser feito em qualquer agência, sem restrições. Essa é a determinação de projeto de lei (PLS 138/09) incluído na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Atualmente, o pagamento em qualquer agência só é aceito até a data de vencimento. Depois disso, o consumidor é obrigado a procurar agências do banco emissor do boleto.

Segundo o autor, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), não há justificativa para o consumidor ter de "enfrentar enormes filas e perder tempo, quando poderia pagar em qualquer agência".

O pagamento após o vencimento é viável, explica ainda o senador, porque o sistema de pagamentos do país integra todos os bancos, e qualquer instituição financeira pode calcular o valor dos juros e da multa devidos ao atraso.

O projeto altera a Lei 10.214/01, que trata da atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação no sistema de pagamentos brasileiro".

Antes de chegar à CMA, o projeto já obteve a aprovação de parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após a CMA, o texto ainda terá de ser analisado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que tomará decisão terminativa no Senado. Não sendo apresentado recurso para votação em Plenário, o projeto seguirá ao exame da Câmara dos Deputados.

O relator da proposta na CMA, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), considera que serão beneficiados pela medida sobretudo os consumidores de menor poder aquisitivo, com maior dificuldade de arcar com os compromissos financeiros e com o custo relativo ao deslocamento até o banco emissor, quando necessário o transporte.

Projeto determina exigência de receita para venda de antibiótico

Com a finalidade de coibir o excesso do uso de antimicrobianos (antibióticos), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examinará, em sua reunião de amanhã, projeto substitutivo do senador Renato Casagrande (PSB-ES) para exigir receita médica, com retenção, nas farmácias e drogarias para a venda desse tipo de medicamento.

Pelo projeto (PLC 111/09), os medicamentos que contenham antimicrobianos submetem-se ao regime de controle sanitário especial e somente poderão ser prescritos por profissional habilitado. Esses produtos poderão ser vendidos apenas mediante apresentação e retenção da receita original.

Em seu parecer favorável, Casagrande argumenta que o uso irracional de antibióticos é responsável pelo crescimento da resistência bacteriana a esses medicamentos, sendo a automedicação uma parte importante do problema. Esse uso indiscriminado também tem causado muitas intoxicações. Assim, a proposta se destina a dificultar sua venda, colocando esses medicamentos sob regime especial de controle sanitário, explica.

Por exigências de técnica legislativa, Renato Casagrande modificou o caráter autônomo do projeto de lei, colocando a proposição no capítulo sobre refeitório da Lei 5.991, de dezembro de 1973, que trata do comércio de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos. A proposta terá decisão terminativa na CAS.

Diarista

Da pauta de votações da Comissão, consta ainda projeto de Serys Sihessarenko (PT-MT) especificando condições de trabalho e regulamentação da atividade de diarista. Esse é o trabalho de quem presta serviços de natureza não contínua, por até duas vezes por semana, para a mesma família ou pessoa, recebendo pagamento pelos serviços prestados no dia da diária, sem vínculo empregatício.

Pelo PLS 160 de 2009, o dia-



Fotos: Gerardo Magela

Comissão examina também projeto de Serys com regras para diarista

rista deverá estar inscrito no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como contribuinte autônomo ou facultativo, e efetuar seu próprio recolhimento da contribuição previdenciária. A proposta tramita na CAS na forma de substitutivo do senador Lobão Filho (PMDB-MA), em decisão terminativa.

No substitutivo, o senador aumentou para três vezes por semana o formato de trabalho como diarista para a mesma família, sem gerar vínculo empregatício. Lobão Filho fixou em oito horas a duração da jornada de trabalho do diarista, com valor nunca inferior ao salário mínimo vigente dividido por 15, ou seja, um quinze avos do salário mínimo.

Lobão Filho afirma ter baseado seu substitutivo em decisões da Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), definindo que "prestar serviços como diarista por até três vezes por semana, na mesma residência, não gera vínculo empregatício". Para ele, a medida é importante para trazer maior segurança jurídica aos que contratam os serviços desse profissional.

A CAS também examinará propostas de modificação do Estatuto do Idoso para garantir, aos maiores de 60 anos, prioridade na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, bem como de regulamentação das profissões de artistas e de técnicos em espetáculo e diversões.

Começa debate sobre gargalos na infraestrutura do Nordeste

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realiza amanhã, a partir das 9h30, a primeira audiência pública de um ciclo que tem o objetivo de realizar "estudo das questões relativas ao desenvolvimento regional do Nordeste, especialmente a questões do meio ambiente, desertificação e desenvolvimento". Os debates visam, também subsidiar a elaboração de plano para essa região, a cargo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Para a primeira etapa, que discutirá o "Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os gargalos de infraestrutura na região, como o escoamento da produção, a geração de energia e o abastecimento

de água", foram convidados representantes do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia (CGEE); da Agência Nacional de Águas (Ana) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

O ciclo de audiências foi proposto por Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Eles consideram necessário que o Congresso auxilie a Sudene a elaborar "planos de desenvolvimento que tenham como finalidade a promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional".

Aprovação do texto básico da reforma eleitoral e autorização para a Sabesp contrair empréstimo estão entre as decisões do Plenário na semana passada

Balanço mostra votação de matérias relevantes

AS VOTAÇÕES E os debates realizados pelo Senado na semana passada tiveram como resultado a aprovação de uma série de matérias relevantes, como o texto básico da reforma eleitoral, que passou no Plenário junto com algumas emendas. O mesmo Plenário aprovou autorização para a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) pegar empréstimo de

US\$ 100 milhões no Banco Mundial destinado a um programa de saneamento ambiental dos mananciais do rio Tietê.

As comissões também foram palco de decisões de grande alcance, como a que obriga os candidatos à carteira de motorista a tomarem aulas de direção noturnas e a que aumenta o limite de dedução dos gastos com educação da base

de cálculo do Imposto de Renda, ambas de responsabilidade da Comissão de Educação (CE). Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foram aprovadas a extinção da prisão especial para magistrados e membros do Ministério Público e a licença-paternidade para pais adotantes.

Veja abaixo o quadro com as decisões mais importantes.

Produção legislativa

Votações realizadas pelo Senado na semana passada

Plenário	Assunto	Destino
PLC 141/09	Reforma eleitoral: aprovado o texto básico	Depois de aprovados os destaques, volta à Câmara
Mensagem 175/09	Autorização de contratação de operação de crédito externo de US\$ 100 bilhões entre BIRD e Sabesp	Vai à promulgação
CCJ	Assunto	Destino
PLC 137/09 – Complementar	Normas para a organização da Defensoria Pública	Segue para o Plenário
Substitutivo ao PLS 85/09	Direitos para os municípios que tenham estado de calamidade pública decretada	Segue para a CAE, onde recebe decisão terminativa
Substitutivo ao PLS 10/00	Obriga hotéis, albergues, pousadas a reservar acomodações e áreas para hóspedes não fumantes	Segue para a CAS
PLS 256/05	Disciplina o uso de equipamentos pelos agentes de segurança no território nacional	Decisão terminativa na CCJ
PLC 86/06	Substitui a expressão "medida socioeducativa" por "medida psicossocioeducativa" no Estatuto da Criança e do Adolescente	Segue para o Plenário
PLC 104/08	Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade integrada por sócio incapaz	Segue para o Plenário
PLS 157/02	Altera a CLT para prever licença-paternidade para pais adotantes	Segue para a CAS, onde recebe decisão terminativa
PLS 47/06	Autoriza a criação da Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior	Segue para a CRE, onde recebe decisão terminativa
PLS 212/06	Autoriza a criação da Universidade Federal da Baixada Maranhense, em Pinheiro (MA)	Segue para a CE, onde recebe decisão terminativa
PLS 151/09 – Complementar	Extinção da prisão especial para magistrados e membros do Ministério Público	Segue para análise em Plenário
CAE	Assunto	Destino
Mensagem 175/09	Autorização de contratação de operação de crédito externo de US\$ 100 bilhões entre Bird e Sabesp	Da CAE, seguiu para o Plenário, foi aprovada e vai à promulgação
CE	Assunto	Destino
PLS 145/09	Aumenta o limite de dedução dos gastos com educação da base de cálculo do Imposto de Renda	Segue para a CAE, onde recebe decisão terminativa
PLS 8/07	Prevê a isenção da Cofins para as instituições de ensino e pesquisa privadas	Segue para a CAE, onde recebe decisão terminativa
PLC 113/09	Altera o Código de Trânsito para prever a obrigatoriedade de aulas noturnas	Segue para a CCJ, onde recebe decisão terminativa

Parlamentares discutem propostas para o clima

A posição a ser defendida pelo Brasil durante a Conferência das Partes das Organizações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), prevista para ocorrer em dezembro, em Copenhague, será debatida com representantes do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas e da entidade Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz. Previsto para hoje, às 14h30, o debate está sendo promovido pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

Na audiência pública, os parlamentares devem discutir com os convidados as medidas contidas na Política e no Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas propostos pelo Executivo.

Foram convidados para o debate Luiz Pingueli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Cli-



Ideli Salvatti preside a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas

máticas, e Rubens Harry Born, diretor-executivo do Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz. Os senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Ideli Salvatti (PT-SC) são os autores do requerimento de audiência, juntamente com o deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Metas

O Plano Nacional de Mu-

danças Climáticas determina a redução de 80% no índice de desmatamento da Amazônia até 2020 e a ampliação em 11% ao ano, ao longo dos próximos dez anos, no consumo interno de etanol. Também prevê dobrar a área de florestas plantadas – para 11 milhões de hectares até 2020, sendo 2 milhões de hectares com uso de espécies nativas – e aumentar a reciclagem de resíduos sólidos urbanos em 20% até 2015.

Apresentado oficialmente em cerimônia no Palácio do Planalto em dezembro de 2008, o plano também prevê como meta a troca anual de 1 milhão de geladeiras antigas por modelos que economizam energia elétrica. O conjunto de medidas previstas no plano visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa, além de proporcionar outros ganhos ambientais e benefícios socioeconômicos.

Malta: acordo agilizará punição de envolvidos em pedofilia no Pará

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), anunciou ontem ter fechado acordo com a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, no sentido de que a Secretaria de Segurança daquele estado monte uma força-tarefa para fazer um levantamento de todos os processos e inquéritos que existem hoje no Pará envolvendo abusos contra crianças e adolescentes. A ideia é que as investigações

sejam agilizadas.

– Estivemos por três dias no Pará e nunca vi tanta impunidade – afirmou o senador, que visitou o estado no fim de semana para ouvir depoimentos.

Ontem, Magno Malta esteve no Maranhão para encontros com a governadora Roseana Sarney e o presidente do Tribunal de Justiça daquele estado, Raimundo Freire Cutrim. O senador propõe que o Mara-

não monte também um grupo especial para agilizar a tramitação de processos que envolvam pedofilia. O parlamentar informou que pedirá ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que seja realizado um mutirão nacional com o objetivo de agilizar a tramitação de processos que envolvam crimes de abusos contra crianças e adolescentes.

Ele também se disse muito feliz com a prisão do ex-prefeito

de Coari (AM), Adail Pinheiro, ocorrida ontem, pela Polícia Federal de Manaus. O ex-prefeito responde a processos por corrupção de menores, sonegação de impostos e improbidade administrativa. Segundo Malta, a prisão foi resultado do trabalho da CPI. Para o senador, se a comissão não tivesse ido a Coari e trazido o prefeito para depor em Brasília, o caso poderia ter sido abafado.



Malta: "Estivemos por três dias no Pará e nunca vi tanta impunidade"

Tratamento químico pode ser adotado para pedófilo

Projeto cria essa possibilidade para condenado por estupro, atentado violento ao pudor e corrupção de menores quando praticados contra pessoa com até 14 anos

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar amanhã proposta que cria o tratamento químico voluntário de controle da libido para o pedófilo condenado por estupro, atentado violento ao pudor e corrupção de menores quando esses crimes forem praticados contra pessoa com até 14 anos.

O condenado que aceitar o tratamento poderá ter a pena reduzida em um terço, mas terá que começar a terapia antes do livramento condicional, ficando sob tratamento até a expedição de laudo técnico ao Ministério Público e ao juiz de execução para demonstrar que os resultados foram alcançados.

A ideia original do autor do projeto em exame (PLS 552/07), Gerson Camata (PMDB-ES), era tornar impositiva a pena de castração química para indivíduos considerados pedófilos que cometessem as três modalidades de crimes contra menores de 14 anos. Porém, o relator da matéria, Marcelo Crivella (PRB-RJ), optou por recomendar a adoção do tratamento hormonal voluntário. Sem isso, ele avaliou que a proposta seria inconstitucional.

O tratamento será mantido durante o período de livramento condicional, que não poderá ser inferior ao prazo indicado para a conclusão da



J. Freitas

relatório apresentada por Crivella para o projeto, que já esteve em pauta em abril, sem acordo para votação. Pelo relatório anterior, o condenado que voluntariamente se submetesse a intervenção de efeitos permanentes para a contenção da libido – a castração – nem precisaria optar pelo tratamento químico e poderia, a critério do juiz, ter extinguida sua punibilidade.

Deformação

Para Gerson Camata, autor da proposta, a pedofilia envolve deformação psíquica de tal ordem que impede a reabilitação dos indivíduos que apresentam

essa doença. Em razão disso, e considerando os danos psicológicos impostos às vítimas, ele entende que o problema precisa ser enfrentado com objetividade e rigor.

No relatório, Crivella observa que o tema é polêmico e, no seu enfrentamento, países como Estados Unidos e Canadá já adotaram o tratamento químico, o mesmo estando para ocorrer na França e na Espanha. Segundo ele, a terapia química visa possibilitar o retorno do pedófilo ao ambiente social, depois de superada sua patologia, deixando então de ser um "perigo" para os outros. Ainda assim, ele afastou a hipótese de aplicação compulsória do tratamento.

terapia. Ainda na prisão, antes do tratamento químico hormonal, como parte do programa individualizador da pena, o condenado terá a chance de usar terapias alternativas que possam produzir efeitos análogos. Os resultados vão servir de critérios para realização ou não do tratamento hormonal.

No texto recomendado pelo relator, que está sendo examinado em decisão terminativa, o condenado que reincidir na prática dos crimes, já tendo feito anteriormente o tratamento de controle hormonal da libido, não poderá mais fazer a opção por essa terapia durante o cumprimento da nova pena.

Essa foi a segunda versão de



Gabinete do Senador

Proposta de Gerson Camata (foto ao alto) recebeu substitutivo do relator Marcelo Crivella (acima)

Comissão discute propostas de mudança no Conselho de Ética

Substituto de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) a projetos de resolução que promovem mudanças na composição e no funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado consta da pauta de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Entre outras sugestões, o texto do relator impede a participação, no conselho, de senadores que respondam a processos por crimes contra o patrimônio público e que tenham tido, a qualquer tempo, contas rejeitadas em outros cargos ou pleitos.

A posição inicial do relator foi pela rejeição de três projetos de resolução (PRS) sobre o tema, mas o exame foi adiado por pedido de vista coletiva, em reunião no início do mês. Em seguida, o senador reformulou a análise, consolidando o substitutivo, agora em pauta a partir de cinco propostas: as três

que já estavam formalmente em tramitação – 15/03, de Tião Viana (PT-AC); 3/07, de Osmar Dias (PDT-PR); e 35/07, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) – e duas que chegaram à comissão em seguida – 50/09, de Arthur Virgílio (PSDB-AM); e 52/09, de Marisa Serrano (PSDB-MS).

No texto, o relator aproveitou sugestões de emendas apresentadas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), uma delas para propor que a composição do conselho seja feita mediante eleição pelo Plenário do Senado, por meio de voto aberto e direto, em que cada senador poderia sufragar os nomes de três colegas.

Antonio Carlos Júnior concluiu o relatório com voto pela aprovação da proposta de Tião Viana, a mais antiga, sugerindo o arquivamento das propostas de Osmar Dias e de Mozarildo, que já estavam sob exame formal.

Desligamento de aparelhos de paciente em coma irreversível

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza audiência pública, na quinta-feira, a partir das 10h, para debater projeto que modifica o Código Penal excluindo de ilicitude a ortotanásia, conforme prevê o PLS 116/00. A proposição é de Gerson Camata (PMDB-ES).

Definida por Camata como a "morte natural sem prolongações irracionais e cruéis para o doente", a ortotanásia é a interrupção dos procedimentos artificiais que mantêm a sobrevivência de pacientes em estado de coma irreversível. O texto da proposição diz que não será mais crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, desde que a morte seja previamente

atestada por dois médicos como iminente e inevitável, e que haja consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão.

A proposta se refere à renúncia ao excesso terapêutico e não se aplica se houver omissão de meios terapêuticos ordinários ou dos cuidados normais devidos a um doente. Camata afirma que a modificação visa garantir "os direitos que uma pessoa tem de humanizar seu processo de morte, evitando prolongamentos irracionais e cruéis, e poupando o doente e a família do desgaste emocional, físico e financeiro que sua existência infeliz e improdutiva possa acarretar".

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Flávio Torres • Mão Santa • Papaléo Paes

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

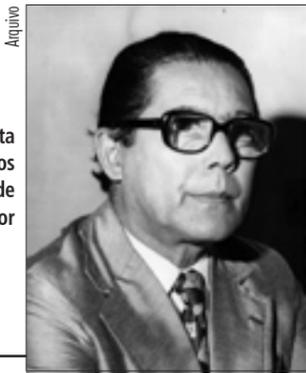
Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Arquivo
Gurgel Mesquita tinha 90 anos e era pai de Mesquita Júnior

Senadores lamentam morte de Geraldo Gurgel Mesquita

Mão Santa (PMDB-PI) apresentou ontem requerimento de pesar pela morte do ex-senador Geraldo Gurgel Mesquita.

Pai do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), ele faleceu na última sexta-feira, em Brasília, aos 90 anos.

O requerimento lembra que Gurgel

Mesquita, além de senador, foi deputado federal e governador do Acre, tendo sido um dos políticos de maior destaque de seu estado.

Apelidado de Barão, ele lutou pela autonomia do território no início da década de 60.

“Era definitivamente um homem amazônida. Era idealista. Lutou

pelo equilíbrio ambiental e social. Defendeu um Acre extrativista, modernizado e sustentável”, destacou Mão Santa.

Papaléo Paes (PSDB-AP) e Paulo Paim (PT-RS) manifestaram sua solidariedade à família do ex-senador e seu apreço ao colega Geraldo Mesquita Júnior.

Maciel registra falecimento de Antonio Olinto

O Senado encaminhará voto de pesar aos familiares do acadêmico Antonio Olinto Marques da Rocha, que morreu no último sábado, no Rio de Janeiro. A iniciativa foi do senador Marco Maciel (DEM-PE), que solicitou envio de condolências também à Academia Brasileira de Letras (ABL), ao Pen Clube, ao jornal *O Globo*, ao Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, à prefeitura do Rio e à Embaixada do Brasil na Romênia, que mantém em Bucareste a Biblioteca Antonio Olinto.

O voto de pesar será enviado ainda à Faculdade de Letras Ozanan Coelho, em Ubá (MG). O escritor, crítico literário e ensaísta Antonio Olinto nasceu em Ubá, em 10 de maio de 1919. Ele era filho de José Marques da Rocha e Áurea Lourdes Rocha e foi casado, durante 50 anos, com a também escritora e crítica literária Zora Seljan, que morreu em 2006.

– Tive oportunidade de conhecer Antonio Olinto quando ele se encontrava como adido cultural do Brasil em Londres, sempre em companhia de Zora. Antonio Olinto realizou um trabalho extremamente positivo de aproximação no campo cultural e, de modo especial, no campo literário, entre o Brasil e a Inglaterra. Suas atividades não se limitavam apenas a Londres, posto no qual ele fazia um trabalho que abrangia toda a Europa, incluindo Portugal – destacou Maciel.

O senador, membro da ABL, disse que conviveu com o escritor durante os últimos quatro anos. Olinto, disse Maciel, participava de conferências no Brasil e no exterior, tendo difundido a cultura brasileira, por exemplo, em Tóquio, Seul, Sydney, Luanda, Maputo, Dacar, Porto Novo, Lagos, Tanger, Buenos Aires, Lisboa e Coimbra.

Antonio Olinto morreu no dia em que completaria 12 anos como membro da ABL, onde tomou posse em 12 de setembro de 1997, na vaga de Antonio Callado. Desde 2001 era diretor-geral do Departamento de Documentação e Informação Cultural da Secretaria das Culturas do município do Rio de Janeiro.

Valadares quer evitar mais desvio de recursos da saúde

Senador pede regulamentação da Emenda 29 ao destacar denúncia da *Folha de S. Paulo* de que R\$ 3,6 bilhões de verbas foram deslocados para outras áreas em 2007

“PAGAR ALMOÇO DE preso e fazer farda e colocar essas despesas como sendo da saúde é um absurdo. Só no Brasil.” O desabafo foi feito ontem pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ao registrar denúncia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* de que R\$ 3,6 bilhões de verbas destinadas à saúde em 2007 foram desviados para outras áreas. Para impedir que o problema persista, Valadares defendeu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a Emenda Constitucional 29.

A matéria da *Folha*, capa do caderno Cotidiano de ontem e intitulada “Verba da saúde paga almoço de preso e farda”, enumera os 16 estados brasileiros que utilizaram recursos destinados à saúde em outras

finalidades: Rondônia, Santa Catarina, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Goiás, Ceará, Piauí, Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Na avaliação de Valadares,



Valadares denuncia descaso de gestores públicos

a aprovação da Emenda 29 pelo Congresso Nacional representou importante conquista para a sociedade brasileira. O senador, que foi relator da matéria, lembrou que a alteração promovida no texto constitucional destinou ao Fundo Nacional de Saúde recursos oriundos da União, estados, municípios e Distrito Federal em percentuais definidos. Porém, a falta de regulamentação está permitindo que alguns governadores não a cumpram.

– Infelizmente, no Brasil, a lei tem que colocar todos os pontos nos “is”, todas as vírgulas, os acentos e os pontos finais. Do contrário, determinados gestores públicos que não têm compromisso com a população desviam recursos, argumentando que a legislação não foi clara – lamenta Valadares.

Paim recebe homenagem de deputados do Rio

O senador Paulo Paim (PT-RS) agradeceu ontem em Plenário a homenagem prestada a ele pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), que na sexta-feira o agraciou com a medalha Tiradentes pela sua atuação em favor das causas sociais e em defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas.

Paim agradeceu à deputada estadual Inês Pandeló (PT) – que encaminhou o pedido da homenagem –, à Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), à Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio de Janeiro, ao povo fluminense e ao deputado estadual Alessandro Molon (PT).

O senador afirmou ter lembrado, na Alerj, que matérias importantes como a política de recuperação do salário mínimo, os estatutos do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Igualdade Racial, o fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados foram aprovadas no Senado.

O senador disse ainda que



Senador recebeu medalha por atuação social

também defende o fim do voto secreto no exame de vetos presidenciais – previsto em proposta de sua autoria, em análise na Câmara – e a inclusão da Previdência Social entre os setores a serem beneficiados com a exploração do pré-sal.

Igualdade racial

O senador lembrou que, no dia 9, a Câmara aprovou o Estatuto da Igualdade Racial, também de sua autoria, que voltará a ser apreciado no Senado. “Tivemos algum retro-

cesso, mas reconheço que demos um passo à frente”, afirmou Paim, lembrando que o projeto do estatuto ficou “engavetado mais de uma década”.

– Tivemos que ceder para avançar. O estatuto não é o fim, mas o começo das políticas públicas para construir a igualdade racial de forma quantitativa e, mais importante, qualitativa.

Paulo Paim disse que espera ver sancionado o Estatuto da Igualdade Racial em 20 de novembro, quando se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra.

– O estatuto não perdeu força. A política de igualdade vai num trabalho permanente. O combate ao preconceito vai continuar, não termina nesse momento. O estatuto é apenas o início de uma longa jornada – destacou.

Em apartes, Paim foi saudado pelos senadores Flávio Torres (PDT-CE), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).



Papaléo: medicamento hoje utilizado é “ineficiente e ultrapassado”

Papaléo defende troca de remédio para pressão alta

Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a troca dos medicamentos utilizados pelo ministério no combate à hipertensão arterial, doença também conhecida como pressão alta. Ele afirmou que o Captopril, atualmente utilizado, deve ser substituído por outros mais modernos, como o Losartan e o Valsartan.

O parlamentar disse ter “respeito absoluto” pelo ministro e cobrou a substituição do medicamento por considerá-lo “ineficiente” e “completamente ultrapassado”. Pediu também que o ministério empreenda com urgência uma campanha de esclarecimento à população sobre os males da hipertensão.

Papaléo explicou que a hipertensão é uma pandemia mundial e atinge mais de 1 bilhão de pessoas. Disse que no Brasil não há estatísticas confiáveis sobre a doença, mas citou dados do Banco Mundial, utilizados pela Sociedade Brasileira de Hipertensão, segundo os quais 75% dos custos de saúde são destinados para o tratamento de doenças isquêmicas do coração. Destes, observou, 31% são gastos com hipertensão, “o principal fator de risco das doenças cardiovasculares”.

Ele disse que o uso de medicamentos no combate da hipertensão pode evitar até 40% dos casos de derrame, 25% dos de infarto e 50% dos de insuficiência cardíaca.

O senador explicou que seu pronunciamento foi inspirado em conversa que teve com o cardiologista e deputado estadual do Amapá Manoel Brasil de Paula Filho. No mesmo discurso, Papaléo relatou viagens que fez no estado, sobre pesquisas eleitorais e sobre a falta de controle das urnas eletrônicas.

Papaléo Paes recebeu apartes dos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Gerardo Magela

Heráclito denuncia "propaganda enganosa" no PI



Heráclito Fortes

Ao relatar viagem a Santa Cruz dos Milagres (PI) para participar de festa religiosa, Heráclito Fortes (DEM-PI) denunciou o que chamou de "propaganda enganosa" do governo do Piauí. Segundo contou, na estrada que liga Teresina a Picos havia "uma placa imensa" anunciando o "Aeroporto Internacional de São Raimundo Nonato", obra "iniciada em 29 de abril de 2004". Para Heráclito, não se trata de aeroporto internacional, mas de um "aeródromo, não apropriado para avião de grande porte". Citou ainda placa anunciando a "Ferrovia Nova Transnordestina", e disse que a obra nem sequer foi liberada pelo Ibama.

– Isso é questão de polícia. É um crime. O Ministério Público deve tomar providências com relação a fatos dessa natureza.

Voto de aplauso pelos 40 anos do *Jornal Nacional*



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou em Plenário requerimento, subscrito também pelos senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), com voto de aplauso pelos 40 anos do *Jornal Nacional*, da TV Globo, completados no último dia 1º.

Suplicy disse que o *Jornal Nacional* tem a capacidade de unificar os lares de todos os lugares do Brasil, tanto em torno de acontecimentos trágicos, a exemplo do incêndio do Edifício Joelma, ocorrido na capital paulista, em 1974, como nas comemorações em que os atletas brasileiros obtêm vitórias em competições nas mais diversas modalidades. O senador cumprimentou os apresentadores e a direção da emissora.

Tenório: energia nuclear tem nível de excelência

Os trabalhos desenvolvidos no Centro Nuclear Almirante Alvaro Alberto têm nível de excelência, declarou o senador João Tenório (PSDB-AL) ao salientar a importância da energia nuclear no atendimento à demanda brasileira nos próximos anos. O centro abriga as usinas Angra 1 e Angra 2 e as instalações da usina Angra 3, que ainda não entrou em operação, visitadas pelo senador há cerca de um mês. Essa excelência é reconhecida pela Agência Nacional de Energia Atômica, completou.

João Tenório assinalou que o Plano Nacional de Energia prevê a construção de quatro a oito novas usinas nucleares até 2030, duas delas no Nordeste, e que espera que uma delas seja construída em seu estado.

Exedito festeja autorização do TSE para plebiscito

Exedito Júnior (PR-RO) parabenizou os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por autorizarem a realização de plebiscito sobre a autonomia política dos distritos localizados na Ponta do Abunã. Os distritos, disse, são hoje ligados a Porto Velho.

O senador cobrou a votação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que trata da emancipação política, lembrando que vários distritos de Rondônia são maiores que os municípios sedes.

Exedito cobrou também regularidade no fornecimento de energia para os municípios de Rondônia. Machado, por exemplo, disse, tem ficado sem luz elétrica até cinco dias por semana. Para o parlamentar, a responsabilidade pelo fornecimento de energia é federal.

Cristovam: "É preciso cuidar da crise ecológica e social"

Senador diz reconhecer medidas do governo para enfrentar crise econômica mundial, mas adverte ser necessário atacar o problema do aquecimento global e da pobreza

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) disse ontem, em discurso no Plenário, reconhecer que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi capaz de tomar as medidas necessárias e de criar o clima psicológico adequado para que o Brasil se recuperasse mais rapidamente da crise mundial, mas lembrou que é preciso cuidar também de outras dimensões da crise, como a ecológica e a social.

– Se, por um lado, devemos louvar que, do ponto de vista econômico, a crise começou a ficar menor, que começamos a sair da recessão e a retomar o crescimento, por outro não estamos dando os saltos que



Eleições de 2010 serão oportunidade de discutir futuro do país, lembra Cristovam

deveríamos dar do ponto de vista do bem-estar do povo – advertiu, observando que o acirramento das crises ecológica e social no mundo inteiro tem de ser enfrentado.

– Estamos saindo da crise

econômica do ponto de vista do aumento da produção, mas estamos mergulhando mais fundo ainda na crise mais complexa, mais grave, que é a crise do aquecimento global, da desertificação, da desarticulação da agricultura, do aumento do nível dos mares. É uma crise que a gente não pode esquecer. A outra crise que a gente não pode esquecer é a crise social. Os países estão se recuperando na economia, mas não estão enfrentando o problema da pobreza – alertou.

O senador disse que as eleições de 2010 serão o momento de discussão sobre o que se quer para o futuro do Brasil.

João Pedro destaca alta do PIB no segundo trimestre



João Pedro

O produto interno bruto (PIB) brasileiro registrou alta de 1,9% no segundo trimestre em relação aos três primeiros meses deste ano, comemorou hoje em Plenário o senador João Pedro (PT-AM).

Ele aproveitou para manifestar sua confiança na condução da economia pelo governo de Luiz

Inácio Lula da Silva.

João Pedro destacou a postura da equipe econômica do governo durante a crise econômica mundial. Apesar das críticas da oposição e da mídia, segundo as quais o presidente não estaria dando à crise a relevância devida, o país sai dela com o respeito do resto do mundo.

– O Brasil faz parte de um seleto grupo de países que nos últimos anos viraram referência pelas medidas econômicas adotadas – destacou.

Crivella diz que a crise pegou o país mais forte

O crescimento de 1,9% do PIB mostrou que a economia brasileira saiu da recessão técnica na qual tinha sido mergulhada pela crise econômica mundial, comemorou também o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). O resultado, anunciado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi acompanhado pela previsão de que o Brasil terminará o ano com crescimento de 1% do produto interno bruto. Para 2010, a previsão é de uma expansão econômica na faixa dos 5%, percentual semelhante ao de 2008, que foi de 5,1%. Essas notícias são importantes sobretudo para as camadas mais humildes da população, disse Crivella.

Em crises anteriores, como as do petróleo, da hiperinflação e da crise cambial, o país sofreu forte desemprego, desequilíbrio nas contas públicas, fuga de capitais e desvalorização da moeda, citou. Agora, avaliou o parlamentar, o governo adotou medidas anticíclicas para incentivar a indústria e o consumo, além de o Brasil ter entrado na crise com sua economia forte e organizada.



Apoio de Lula não garante vitória de Dilma Rousseff em 2010, diz senador

Mão Santa critica "antecipação" da campanha eleitoral

Mão Santa (PMDB-PI) apontou ontem que o país já vive um clima antecipado de campanha eleitoral, que teria sido deflagrado após a decisão do presidente Lula de apontar a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, como candidata à sua sucessão.

– Não vai ser uma corrida de cem metros rasos, mas uma verdadeira maratona. Só se fala em política. Os governos que já estão atrapalhados com seu envolvimento em campanha prejudicam a administração e o país todo – disse.

Mão Santa afirmou que Lula "tirou do bolso uma candidatura sem estrutura nenhuma". Para o senador, o apoio do presidente não basta para garantir a eleição da ministra à Presidência da República em 2010.

– Tem que ter vida política. Para ser papa tem quem ser seminarista, padre... Não disputou nada, não sabe nada – criticou.

Ao comentar pesquisa do Ibope que aponta o apoio de 20% do eleitorado à ministra, o senador comentou que Lula "já fez muito", atribuindo 19% das intenções de voto em Dilma Rousseff à popularidade do presidente da República e apenas 1% à própria ministra.

Mão Santa afirmou ainda que o clima de campanha antecipada também chegou ao Piauí, onde, disse, cinco candidatos ao governo do estado já estão em campanha.

Mozarildo critica repressão a protesto contra Lula



Mozarildo Cavalcanti

A ação da Polícia Militar de Roraima contra manifestantes que organizavam protesto durante a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao estado foi criticada em Plenário pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

– O presidente Lula é uma pessoa tão acostumada a fazer protestos veementes, até quebradeira! O seu partido patrocinava isso. Por que agora não aceita que alguém coloque uma faixa ou faça um discurso contra ele? – questionou o parlamentar.

O protesto teria sido organizado, segundo a imprensa local, por arroteiros retirados da reserva indígena Raposa Serra do Sol após a sua demarcação como área contínua.

Quintanilha celebra presença da Embrapa no TO



Leomar Quintanilha

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) comemorou o anúncio da inauguração, no Tocantins, de uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) voltada à aquicultura e aos sistemas agrícolas do estado. De acordo com o senador, o empreendimento, orçado em R\$ 12 milhões, deverá valorizar uma vocação antiga do Tocantins, além de gerar renda e desenvolvimento social. Quintanilha disse que pesquisas recentes revelam a competência dos agricultores do estado na produção de soja, arroz e cana-de-açúcar. E frisou a abundância de peixes das mais diversas espécies nos lagos da região, potencial, observou, que pode ser aproveitado de forma mais adequada com suporte da Embrapa.